



**CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE
E DE ÁREAS PROTEGIDAS**
Ata da 59ª reunião, realizada em 26 de maio de 2021

1 Em 26 de maio de 2021, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à
2 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) do Conselho Estadual de Política
3 Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de
4 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram
5 os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Antônio Augusto Melo
6 Malard, representante da SEMAD. Representantes do poder público: Leorges de
7 Araújo Rodrigues, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Laura de Morais
8 Andrade Coutinho, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede);
9 Felipe Dutra de Resende, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
10 (Seinfra); Marcelo Ribeiro Pereira, do Conselho Regional de Biologia (CRBio) - 4ª
11 Região; Junio Augusto dos Santos Silva, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e
12 dos Recursos Naturais Renováveis em Minas Gerais (Ibama); Emílio Elias Mouchrek
13 Filho, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea).
14 Representantes da sociedade civil: Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das
15 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Adriano Nascimento Manetta, da
16 Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Luiz Gustavo Nunes Vieira
17 da Silva, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Edson Valgas de
18 Paiva, da Fundação Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio Doce; Leandro
19 Eustáquio, da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais (OAB);
20 Alexandre Túlio Amaral Nascimento, da Universidade do Estado de Minas Gerais
21 (Uemg). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**
22 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Antônio
23 Augusto Melo Malard declarou aberta a 59ª reunião da Câmara de Proteção à
24 Biodiversidade e de Áreas Protegidas. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS**
25 **E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Nós temos
26 alguns assuntos importantes para trazer neste item. Primeiro, nós passaremos um
27 vídeo sobre a Ouvidoria Geral do Estado, que é o canal de interlocução do cidadão
28 mineiro com o governo do Estado, recebe denúncias, reclamações, sugestões,
29 críticas ou elogios tanto dos cidadãos quanto também dos servidores, garantindo o
30 controle social sobre os serviços públicos estaduais. Dentro dessa temática, é
31 importante alertar aos presentes na sala virtual para que todos tenham os devidos
32 cuidados com o compartilhamento de tela, principalmente em relação a conteúdo
33 que não seja inerente aos assuntos relacionados à temática da reunião.” (**Exibição*
34 *de vídeo institucional*). Vamos passar outro vídeo, agora, referente à divulgação do
35 24º Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. (**Exibição de vídeo institucional*).
36 Então fica o convite para todos os conselheiros e todos que estão nos
37 acompanhando, e solicitamos também o apoio para que todos possam fazer essa

38 divulgação também. Vou passar agora para um outro tema, um retorno referente até
39 uma solicitação do conselheiro Alexandre, em relação ao Diálogos com o Sisema
40 apresentado há cerca de um mês e meio, mais ou menos, na URC Metropolitana,
41 quanto aos Campos Ferruginosos. O nosso diretor de Conservação e Recuperação
42 de Ecossistemas, Cezar Cruz, vai fazer uma breve apresentação sobre a temática.
43 Cezar Augusto Fonseca e Cruz/IEF: “A ideia é apresentar algumas informações e
44 encaminhamentos, de forma bastante sucinta e rápida, decorrentes das discussões
45 que foram apresentadas no Diálogos com o Sisema acerca de Campos
46 Ferruginosos. Para podermos fazer essa contextualização e sintetizar, os principais
47 pontos abordados se referem à importância dessas áreas de Campos Ferruginosos
48 para conservação e a sua função para recarga hídrica, também à necessidade de
49 proteção dos Campos Rupestres e dos Campos Quartzíticos. Com a consideração,
50 apresentada pelo professor que fez a apresentação, de uma necessidade de
51 trabalhar na ampliação de compensações ambientais. A existente pressão
52 ambiental nessas áreas de campo em função de serem áreas onde são implantados
53 e operados empreendimentos minerários. Da mesma forma, foi trazido pelos
54 apresentadores que são áreas que apresentam alto endemismo de espécies dadas
55 as características edáficas, climáticas, presentes nesses ambientes. Foi feita
56 também contextualização acerca dos aspectos normativos estaduais e federais
57 existentes acerca dessas fitofisionomias. Foi apontada a necessidade de se
58 quantificar quanto dessas áreas de relevante interesse ambiental está sob proteção
59 ambiental em unidade de conservação, para que possa ser feita a definição de
60 políticas de Estado. E também, principalmente, sobre a necessidade de trazermos
61 uma definição do estágio sucessional para fitofisionomias savânicas que foram
62 trazidas pelo Decreto 6.660/2008, mas que não se encontram previstas na Lei
63 Federal 11.428/2006. Nesse contexto, é importante avaliar que, para que possamos
64 fazer alguns avanços, existem algumas restrições normativas que têm que ser
65 trabalhadas. A primeira delas e que é relevante apontar tem a ver com a prerrogativa
66 legal do Conama para definição de estágios sucessionais dessas fitofisionomias.
67 Uma outra consideração que é muito importante tem a ver com o fato de o Decreto
68 6.660/2008 ter ampliado as fitofisionomias protegidas, trazendo as fitofisionomias
69 savânicas, que não estão previstas na lei. E aí uma necessidade de se trabalhar de
70 forma diferenciada essas fitofisionomias. Não somente retirá-las do Decreto 6.660,
71 mas trabalhar a sua proteção de uma forma diferenciada. Essa é uma possibilidade,
72 mas que, acima de tudo, é uma questão que tem que ser avaliada ao nível do
73 governo federal. Além disso, a DN 201/2014, que é utilizada para a determinação
74 de estágios sucessionais, trabalha com as Resoluções 292 e 423 do Conama, que
75 não têm aplicação eficaz para definição dos estágios sucessionais das
76 fitofisionomias savânicas, o que trabalhamos nessa apresentação do Diálogos com
77 o Sisema, os Campos Ferruginosos, Campos Quartzíticos. E, dentro desse
78 contexto, as avaliações internas que fizemos é de que em nível de Estado nós
79 conseguimos trabalhar, precisamos trabalhar dentro do contexto, sim, de trabalhar
80 pela proteção dessas fitofisionomias dadas as suas características ambientais

81 relevantes. E pretendemos trabalhar isso através da promoção da conservação e
82 recuperação das áreas de Campos Ferruginosos através do Programa de
83 Regularização Ambiental (PRA), que entrou nesta semana em fase operacional. Nós
84 estamos estruturando todo esse funcionamento através das unidades do IEF,
85 também com as entidades parceiras, com o apoio da Seapa também. E trabalhar
86 recuperação ambiental dessas áreas dentro do PRA e também trabalhar as
87 compensações ambientais, norteadas pela necessidade de ampliar o quantitativo
88 de áreas dessa taxonomia protegida, com alocação de compensações, de forma
89 que consigamos estabelecer corredores de vegetação nativa mantendo um fluxo
90 gênico de fauna e flora, o que é relevante para conservação dessas áreas. Além
91 disso, a realização de estudos e levantamentos que nos demonstrem essa questão
92 que trata da ampliação ou implantação de novas unidades de conservação nessas
93 áreas, onde tal medida se mostrar mais apropriada. São esses os encaminhamentos
94 que decorrem do Diálogos com o Sisema. Após as avaliações dos pontos apontados
95 e das restrições existentes, nós queremos trazer aqui essas proposições de
96 encaminhamento que estamos trabalhando internamente, esses encaminhamentos
97 internos que estamos vislumbrando como ações a serem trabalhadas para trabalhar
98 a conservação dessas áreas.” Conselheiro Junio Augusto dos Santos Silva: “Eu
99 achei da mais alta pertinência essa abordagem. É uma coisa que realmente nos dá
100 mais segurança, até do ponto de vista técnico, para análise. Em relação a isso, o
101 Ibama se coloca à disposição para compor, caso necessário, um grupo técnico. Nós
102 temos uma equipe. Principalmente porque temos lidado com a questão da anuência
103 para supressão no bioma Mata Atlântica, nós temos lidado, constantemente, com
104 isso e nos colocamos à disposição para compor um Grupo de Trabalho que se faça
105 necessário em relação à reformulação dessas propostas.” Conselheiro Alexandre
106 Túlio Amaral Nascimento: “Eu agradeço, Cezar e Malard, por ter o retorno. Eu só
107 queria pontuar uma questão. Eu acho muito apropriado usarmos do Programa de
108 Recuperação Ambiental para recuperação de Campos Rupestres. Só é importante
109 pontuar, bem como dito nesse evento, se não me engano, no dia 7 de abril, que há
110 um futuro promissor para recuperação de Campos Rupestres, desde que haja um
111 investimento considerável, uma força considerável de pesquisa em recuperação de
112 Campo Rupestre. Então eu acho que é importante pontuar que é algo que ainda não
113 é sabido, existe um potencial de que aconteça, desde que haja pressão,
114 principalmente, nas empresas minerárias, que tenham interesse nisso também e
115 que invistam nisso. Eu só queria pontuar essa questão. Obrigado pelo retorno.”
116 Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Não havendo mais manifestações, eu
117 passo agora para um outro ponto que temos nos comunicados, um ponto bem
118 importante. Como todos sabem, amanhã será comemorado o Dia da Mata Atlântica.
119 Eu trago aqui a notícia hoje de que, finalizada esta reunião ou até, provavelmente,
120 no decorrer desta reunião, nós vamos colocar no nosso site uma consulta pública
121 para o Plano Estadual de Conservação da Mata Atlântica. A secretária Marília
122 estaria até aqui neste momento para fazer essa divulgação. Entretanto, em função
123 de alguns outros compromissos, ela não pôde estar presente. Mas queria dar esse

124 recado, pela relevância do assunto. Nós temos aqui em Minas Gerais um Plano de
125 Conservação da Mata Atlântica, de 2014, e agora nós estamos ampliando, fazendo
126 uma revisão e contando com uma ampla participação de todos os conselheiros, de
127 todos da sociedade civil de maneira geral, do setor produtivo, de todos que têm
128 muito a contribuir para a construção desse novo plano. Então nós vamos colocar em
129 consulta logo mais. O Cezar Cruz também vai fazer uma breve apresentação dos
130 principais pontos abordados nesse relatório que será divulgado, daqui a pouco,
131 desse bioma que é tão relevante para o nosso Estado, e 40% do nosso Estado está
132 presente nesse bioma. São várias ações em andamento que visam à conservação,
133 à preservação da Mata Atlântica. Sempre é muito bom falar que, apesar de estarmos
134 conversando sobre Mata Atlântica, os outros biomas no Estado de Minas Gerais,
135 principalmente o Cerrado e a Caatinga, têm também sua enorme relevância. Mas
136 hoje nós estamos falando do Plano da Mata Atlântica, e até em função da
137 comemoração no dia de amanhã. Nós teremos 20 dias de consulta aberta. Depois
138 disso, teremos um tempo para fazer todas as consolidações para divulgar e para
139 implementar um plano de ação para medidas que visem à conservação. São as
140 palavras iniciais, e o Cezar vai trazer um pouquinho mais de detalhamento, em uma
141 também breve apresentação para todos os senhores.” Cezar Augusto Fonseca e
142 Cruz/IEF: “Nós estamos fazendo uma revisão, uma atualização, do Plano Estadual
143 de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, cuja edição anterior data de
144 2014. Neste plano, na sua versão que vai ser disponibilizada para consulta pública,
145 em que vamos fazer a conclusão de todo o trabalho após a consulta pública, temos
146 como objetivo atualizar esse plano de 2014, incluindo o status das principais ações
147 realizadas desde então, atualizando dessa forma as ações e proposições de
148 execução que o órgão ambiental, nas suas diferentes frentes, junto com as
149 entidades parceiras, pretende desenvolver para os próximos cinco anos. O
150 documento se encontra estruturado com uma apresentação, uma contextualização
151 e atualização do que foi feito em 2014 até o presente momento e a sua estruturação
152 das situações futuras em quatro capítulos. Um capítulo destinado a ações de
153 conservação, recuperação e agricultura sustentável. Um segundo capítulo com as
154 ações que envolvem regularização ambiental. O terceiro capítulo, com as ações de
155 fiscalização, e o quarto capítulo com as ações previstas no escopo das ações de
156 fauna silvestre. De uma forma sintética, nós vamos trazer aqui quais são as ações
157 que estão mapeadas para execução pelo órgão ambiental e entidades parceiras, no
158 corpo do documento que está sendo disponibilizado para consulta pública e quais
159 são as ações que vão estar sendo previstas para serem desempenhadas nos
160 próximos cinco anos. Naquilo que se refere às ações de conservação, recuperação
161 e agricultura sustentável, as ações que estão sendo trabalhadas para serem
162 desenvolvidas são ações de regularização ambiental por meio do incentivo à
163 restauração de ecossistemas, com o uso do PRA; a revitalização de todos os
164 viveiros de produção de mudas inseridos no território da Mata Atlântica; a realização
165 de nova eleição do Comitê Gestor do Corredor Ecológico Sossego Caratinga; e o
166 reconhecimento de mais dois corredores ecológicos na área do bioma Mata

167 Atlântica. Também temos como ações finalizar as vistorias de monitoramento dos
168 pagamentos em aberto do Bolsa Verde, destacando que, nas ações de
169 monitoramento que já foram realizadas, percebemos um percentual de garantia da
170 conservação da vegetação nativa muito grande. Isso vai, inclusive, compor o
171 documento 'Lições Aprendidas no Bolsa Verde', que vai ser publicado – é outra ação
172 alinhada no plano; publicação do Projeto de Lei da Política Estadual de Serviços
173 Ambientais; fomento a programas de PSA nas áreas prioritárias do PAT Espinhaço
174 Mineiro; estabelecimento de uma rede de parceiros e aplicação do ZAP nas sub-
175 bacias hidrográficas da Mata Atlântica; publicação de regulamento sobre o
176 cancelamento de inscrições do CAR; a criação de um Grupo de Trabalho,
177 estabelecimento de uma rede de parceiros e aplicação do ZAP e do ISA nas
178 propriedades rurais das regiões que tiverem potencial de expansão florestal, mas,
179 principalmente, focando o ZAP, que já se mostrou uma metodologia de grande
180 alcance, com ganho de escala e eficiência; celebrar um termo de cooperação com
181 TNC, WRI e outros atores que tiverem interesse para a implementação de ações e
182 programas de conservação e restauração de ecossistemas; publicar
183 regulamentação, atualização normativa que envolve o PSS (Plano de Suprimento
184 Sustentável) e o CAS; articular a Política Estadual de Meio Ambiente e Recursos
185 Hídricos com outras políticas públicas; publicar o regulamento sobre SAFs em APPs
186 e reservas legais; publicar resolução sobre análise e priorização do CAR; publicar
187 um decreto sobre servidão ambiental/ publicar resolução sobre instrução de
188 processos de reserva legal, decreto regulamentando corredores ecológicos e
189 bosques modelos no Estado de Minas Gerais; e publicar também regulamento do
190 monitoramento de áreas recuperadas e indicadores ecológicos que permitam fazer
191 avaliação da efetividade dessa recuperação dessas áreas e estabelecer se elas
192 estão efetivamente com sua recuperação cumprida ou não. Trabalhar ações
193 também mapeadas nessa área de conservação, recuperação e agricultura
194 sustentável. Vamos destacar aqui a definição de metas para as ações de fomento
195 florestal e publicação da revisão da portaria de doação de mudas, a consolidação do
196 Parque Estadual do Rio Doce, a conclusão da elaboração, atualização e
197 implantação de planos de manejo de unidades de conservação inseridas no bioma
198 Mata Atlântica, a instituição de conselhos gestores em todas as unidades de
199 conservação inseridas no bioma Mata Atlântica que ainda não possuam, concluir a
200 implantação do programa Parc nas unidades de conservação contempladas pelo
201 programa inseridas no bioma Mata Atlântica e a formalização de parceria com
202 Fundação SOS Mata Atlântica para apoiar os municípios na elaboração e
203 implementação de planos municipais de conservação e recuperação da Mata
204 Atlântica. Destacando que são as principais ações que temos aqui, entre outras que
205 foram trazidas, inclusive, no documento, que vocês vão poder encontrar delineadas.
206 No que se refere às ações de regularização ambiental, estão previstas ações de
207 capacitação de técnicos responsáveis pela análise do processo de intervenção
208 ambiental da SEMAD/IEF, mas também capacitar os técnicos responsáveis pela
209 análise desses processos de intervenção ambiental nos municípios que receberão

210 delegação para análise de intervenções ambientais do bioma Mata Atlântica; a
211 integração do SLA com a IDE Sisema; a implementação completa da fase origem
212 do MG Florestas; a atualização e alinhamento de procedimentos para formalização
213 e tramitação de processos de intervenção ambiental analisados no âmbito do IEF e
214 da SEMAD; atualização dos procedimentos referentes a compensação pelo corte e
215 supressão do bioma Mata Atlântica; publicação da resolução sobre as autorizações
216 para intervenção ambiental no Estado de Minas Gerais. Além disso, no âmbito da
217 regularização ambiental, mais duas ações previstas: atualização da Instrução de
218 Serviço Sisema 02/2017, que trata da compensação pelo corte ou supressão de
219 vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração
220 no bioma Mata Atlântica e elaboração de instrução de serviço para análise de
221 processo administrativo de intervenção ambiental. As ações delineadas para
222 fiscalização se compõem das ações de fiscalização de áreas de desflorestamento e
223 a cadeia de carvão vegetal, a execução de operações especiais, monitoramento de
224 ações fiscalizatórias; processar, prioritariamente, os autos de infração relacionados
225 a essas operações desenvolvidas na área do bioma Mata Atlântica; e o
226 desenvolvimento de ações de inteligência na fiscalização e estruturação das
227 equipes de fiscalização e capacitação das equipes de fiscalização ambiental das
228 Suprams para trabalhos na área de estratégia de fiscalização. Além disso, na área
229 de fiscalização, estão delineadas ações também de destinação de materiais
230 apreendidos. Tem um Grupo de Trabalho de Bens Apreendidos, criado pela
231 Resolução Conjunta SEMAD 3044, do dia 19 de janeiro de 2021, que se encontra
232 trabalhando e desenvolvendo as questões que envolvem o aprimoramento da
233 gestão desses bens apreendidos. Fiscalização preventiva, intensificação das ações
234 de orientação de forma concomitante com as operações especiais programadas no
235 planejamento anual de fiscalização, com ações de entrega voluntária de materiais
236 informativos. Além disso, ações de fiscalização das áreas suspensas e embargadas
237 por intervenção na flora nativa e implementação de fiscalização preventiva ao
238 desmatamento em parceria com as unidades de conservação, projetos de
239 corredores ecológicos e Comitês de Bacia. Estão previstos ainda fortalecimento do
240 planejamento das fiscalizações florestais no bioma Mata Atlântica, a fiscalização de
241 áreas de interesse para a conservação da fauna e flora nativas e a fiscalização de
242 ações lesivas à fauna do bioma Mata Atlântica. Quanto à fauna silvestre, as ações
243 que gostaríamos de apontar, que estão previstas no plano, são as ações de
244 elaboração e publicação da lei para instituir a Política Estadual de Proteção à Fauna,
245 o PSCRMG, que trata da aprovação da atualização das áreas prioritárias para
246 conservação em Minas Gerais; a elaboração das listas oficiais de espécies da fauna
247 terrestre e da fauna aquática ameaçadas de extinção em Minas Gerais; a publicação
248 de portaria para disciplinar as atividades de uso e manejo de fauna silvestre e
249 exótica em cativeiro, a publicação de portaria para disciplinar a criação amadorística
250 de passeriformes, publicação de portaria para disciplinar o manejo de abelhas
251 silvestres (meliponicultores); ampliação do número de Asas (Área de Soltura de
252 Animais Silvestres); construção de quatro novos Cetras: em Gouveia, Governador

253 Valadares, Lavras e Teófilo Otoni; a manutenção de cinco Cetras localizados no
254 bioma Mata Atlântica; e a avaliação do risco de extinção regional de espécies da
255 Bacia do Rio Doce. Além disso, também estão previstas ações para serem
256 executadas nos próximos anos, que se compõem da elaboração do zoneamento
257 pesqueiro da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, do plano de ação estadual para
258 conservação da ictiofauna da Bacia do Rio Doce e do plano de ação estadual para
259 conservação da ictiofauna da Bacia do Rio São Francisco, além da elaboração do
260 zoneamento pesqueiro para a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Esse plano,
261 que contém essas ações aqui apontadas, tem essas ações todas detalhadas no
262 documento, que vai estar disponível para todos no nosso site, item 'Plano Estadual
263 de Conservação da Mata Atlântica'. Vai estar disponível com o formulário para poder
264 ser feita a seleção de em qual tópico vai ser feita a manifestação e, livremente, a
265 inserção de qual contribuição que se deseja ser feita. Essa consulta vai ficar
266 disponível por 20 dias corridos, iniciando hoje, dia 26/5, até o dia 14/6/2021. Após
267 essa finalização da consulta, os dados dessas contribuições externas vão ser
268 consolidados e repassados à equipe do Sisema para que possam analisar, incluir e
269 formar um documento conforme justificativa técnica que será realizada. E essas
270 contribuições que forem oriundas da consulta pública vão compor um anexo do
271 plano, que, uma vez finalizado, vai ficar disponível no site do IEF. São essas as
272 informações a serem apresentadas.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard:
273 “Como os senhores puderam ver, são muitas ações previstas como metas. De parte
274 delas ainda temos o início, elas precisam ser construídas para alcançar o
275 determinado alvo. Então é um trabalho árduo. Mas, com o apoio de todos, com
276 vários parceiros, como colocado na apresentação, principalmente com a
277 coordenação do IEF e suporte de todas as casas do Sisema, nós vamos conseguir.
278 É um plano bem ambicioso, e contamos muito com a participação de todos os
279 conselheiros, que façam também a devida divulgação, para que possamos avaliar,
280 ponto a ponto do que será apresentado, para que consolidemos esse novo Plano
281 Estadual de Conservação da Mata Atlântica, que será um grande marco para a
282 conservação desse tão importante bioma, não só para o Estado de Minas Gerais,
283 quanto para o país, como para o mundo.” Conselheiro Alexandre Túlio Amaral
284 Nascimento: “Obrigado, Cezar, por compartilhar conosco. Parabéns ao IEF e à
285 SEMAD pelo Plano Estadual. Eu queria perguntar se existe alguma meta numérica,
286 concreta, de redução do desmatamento na Mata Atlântica e se existe alguma meta
287 quantitativa, numérica, de ganho de cobertura de Mata Atlântica no Estado. Eu acho
288 importante pontuar essas metas e indicadores numéricos para que um plano como
289 esse não soe como maquiagem verde, em um Estado que tem figurado, repetidas
290 vezes, como Estado com perdas expressivas de Mata Atlântica. Então é uma
291 pergunta simples: existem indicadores numéricos para serem atingidos?” Presidente
292 Antônio Augusto Melo Malard: “Conselheiro Alexandre, já fique convidado para
293 apresentar também propostas numéricas, assim como várias outras. Hoje nós já
294 temos uma meta estabelecida, não só para o bioma Mata Atlântica, mas para todo
295 o Estado de Minas Gerais, inclusive estabelecida por força de lei, a partir de uma

296 proposição que foi feita pelo IEF e pela SEMAD, que hoje incorpora o nosso PMDI.
297 Nós temos uma meta até maior do que os cinco anos previstos no plano, uma meta
298 de, até 2030, nós termos 15% de áreas recuperadas, conservadas, em relação ao
299 que temos de desmatamento. Ou seja, já é uma meta completamente ligada e com
300 interface grande em relação do desmatamento, seja ele regular ou irregular, em
301 comparação com as ações de preservação, conservação e restauração das nossas
302 áreas. Então isso está previsto no plano também. Cezar, você quer fazer alguma
303 complementação?” Cezar Augusto Fonseca e Cruz/IEF: “Você já bem pontuou, nós
304 temos essa meta prevista no PMDI, uma meta que trabalha, como você bem disse,
305 não só a Mata Atlântica, mas também os demais biomas. Só registrar uma
306 informação que eu acho relevante. No ano passado, já nos dados de 2020, é
307 importante registrar que teve incremento de área recuperada destinada a
308 compensação ou conservada em valores acima daqueles que foram objeto de
309 supressão de vegetação, sejam as supressões que foram autorizadas, sejam
310 aquelas irregulares e que são devidamente fiscalizadas. E no ano de 2021 é
311 importante registrar também que, conforme os dados que temos apurado até o
312 presente momento, temos uma ação contínua de incremento dessas áreas que
313 estão sendo destinadas a conservação e recuperação. Então viemos caminhando
314 de forma a trabalhar o cumprimento dessa meta do PMDI, para chegarmos em 2030
315 com incremento de áreas destinadas a conservação e recuperação, efetivamente,
316 para que consigamos ter ganho de áreas de vegetação nativa e isso tudo casado
317 com ações de fiscalização para poder reduzir o desmatamento irregular. São as
318 ações que estão propostas dentro do Plano de Conservação da Mata Atlântica nas
319 ações de fiscalização ambiental, que trabalham, inclusive, dentro de um
320 planejamento anual elaborado pela equipe da Subsecretaria de Fiscalização.”
321 Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva: “A minha dúvida é em relação aos
322 prazos. Entre 26/5 e 14/6, temos a consulta pública. E quais serão os prazos após
323 a consulta pública? Quando será publicado o plano? Esse plano será publicado via
324 decreto ou será somente uma instrução? Como será essa publicação e quando
325 ocorrerá essa publicação? Após a consulta pública? Qual seria a validade desse
326 plano para execução das ações? Eu gostaria só de esclarecimento sobre esses
327 prazos.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “A nossa intenção é tentar fazer
328 essa publicação no mês de julho. É apertado, porque tudo vai depender das
329 considerações que forem apresentadas. Dependendo do volume de considerações,
330 nós vamos precisar de um tempo maior para fazer essa consolidação. Por isso que
331 não colocamos esse prazo aqui. Então é só uma previsão. É melhor não passar uma
332 data precisa, porque tudo vai depender. Pode ser que tenhamos tantas
333 considerações, o que vai demandar um tempo maior para a nossa avaliação e
334 publicação. Mas a nossa intenção é publicar esse plano ainda em julho. Não terá
335 um ato normativo ou norma por trás dele. É um plano, assim como foi o outro, mas
336 com metas estabelecidas, amplamente divulgado e que deverá ser cumprido. Mas
337 ele não vai ter força de norma.” Cezar Augusto Fonseca e Cruz/IEF: “Naquilo que
338 se refere às ações dentro do plano, muitas dessas ações são ações que estão sendo

339 feitas e outras que vão ser iniciadas. São ações de governo que estão mapeadas
340 em função de questões que precisamos trabalhar para aprimorar a conservação e
341 recuperação dos nossos sistemas, os aspectos de regularização ambiental e de
342 fiscalização. Em termos de operacionalização disso e de cronogramas previstos,
343 muitas delas são ações que estão em execução, com conclusões previstas e
344 divulgadas, inclusive, no plano, de qual é o nosso horizonte de trabalho que está
345 previsto para essas ações. Mas todas elas, acima de tudo, a principal garantia é que
346 são ações que já estão em andamento, algumas já iniciadas, outras a iniciar, com
347 seu cronograma apontado dentro do documento, mas que são ações de governo
348 que buscamos e precisamos executar, porque são ações das quais já mapeamos a
349 necessidade de execução para conseguir trabalhar melhor a política ambiental no
350 Estado.” Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva: “A minha dúvida é em
351 relação a esses cronogramas. Talvez deixá-los já definidos, até mesmo para que a
352 sociedade possa cobrar do governo a execução delas. No plano, eu vi que existem
353 vários regulamentos, como regulamentos para o CAR, regulamentos para o PRA.
354 Enfim, a sociedade civil precisa desse cronograma acertado. Coloca cronograma
355 para implantação de todo o programa em dois anos, e aí nós vamos cobrar após
356 esses dois anos; implantação dos regulamentos para daqui a um ano, após um ano
357 nós vamos cobrar. Porque, se ficar um pouco solto demais, a sociedade civil não
358 conseguirá acompanhar nem cobrar do Estado a implantação do plano, teremos
359 novamente um plano um pouco solto, sem a cobrança da sociedade. Aí eu gostaria
360 de saber se vocês pretendem implementar esse cronograma para cada uma das
361 ações, porque já sabemos que várias ações já estão em implantação. Mas
362 precisamos ter um norte até mesmo para acompanhar e cobrar a execução desse
363 plano. Parabenizá-los, porque é de grande importância para a conservação do
364 bioma.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Conselheiro Luiz Gustavo, eu
365 vou até passar depois para o Cezar, mas já tem uma previsão, dentro do plano, de
366 cada uma das ações. O plano tem uma vigência de cinco anos, não quer dizer que
367 as ações todas serão implementadas só no quinto ano. Então já tem isso no
368 relatório, e fica aberto para as contribuições no âmbito da consulta.” Cezar Augusto
369 Fonseca e Cruz/IEF: “É justamente essa informação que eu iria trazer. As
370 informações estão detalhadas, algumas em fase de execução e com seus
371 dobramentos. Por exemplo, para execução em 2021, 2022. Isso está apontado lá.
372 Outras vão ser concluídas até 2026. Então tudo isso está com seu cronograma
373 fixado e apresentado junto com a tabela resumo de cada uma das ações, em cada
374 um dos capítulos.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Agradeço ao Cezar
375 sua participação, e agora temos só mais dois comunicados. Na verdade, são dois
376 vídeos rápidos que vamos apresentar. Primeiro o do aniversário da FEAM. Eu já
377 desejei e mais uma vez desejo um feliz aniversário. É uma instituição de grande
378 história, da qual eu tenho muito orgulho de ser servidor de carreira.” (**Exibição de*
379 *vídeo institucional*). Parabéns, mais uma vez, ao presidente Renato, parabéns a
380 toda a equipe da FEAM, a todos os servidores, a todos que passaram pela FEAM e
381 construíram essa importante história. O último vídeo que vamos apresentar é do

382 Centro Mineiro de Referência em Resíduos.” (**Exibição de vídeo institucional*). Vida
383 nova ao nosso Centro Mineiro.” Conselheiro Leandro Eustáquio: “São datas muito
384 importantes, como o dia de amanhã, que é o Dia Nacional da Mata Atlântica. Nesta
385 semana, dia 22, foi comemorado o Dia Mundial da Biodiversidade, e o dia 5 de junho
386 é o Dia Mundial do Meio Ambiente. E teve o vídeo que vimos agora falando do
387 aniversário da FEAM. Não posso deixar de lembrar, não pode ser esquecido, de
388 forma alguma, o Augusto Lio Horta, que foi servidor da FEAM por bastante tempo,
389 mas ainda continuam servidores como Alexandre Magrineli, e quem foi servidor,
390 como Daniel Medeiros e tantos outros que contribuíram para essa história
391 maravilhosa. Então, por enquanto, senhor presidente, só lembrando dessas datas,
392 junto ao Dia Nacional da Mata Atlântica, o aniversário da FEAM, que muito contribui
393 para a preservação e conservação do meio ambiente em Minas Gerais. E parabéns
394 pela atual gestão do governo Romeu Zema, da secretária Marília, da sua própria,
395 Malard, que vem tanto contribuindo para que isso aconteça, de fato, aqui no nosso
396 Estado.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Obrigado, conselheiro Leandro.
397 E já fica também aqui feito um prévio convite para a Semana do Meio Ambiente. Em
398 breve, devemos anunciar toda a programação para a Semana do Meio Ambiente,
399 que será muito extensa neste ano, como sempre.” Vânia Mara de Souza
400 Sarmiento/SEMAD: “Eu solicitei a palavra ao presidente para lembrá-los do curso de
401 capacitação de conselheiros. Nós ainda não conseguimos avançar, porque a
402 adesão foi muito pequena. Então eu venho reforçar, mais uma vez. Nós vamos
403 reforçar junto às entidades também que compõem as unidades colegiadas para que
404 os conselheiros que as representam possam estar realizando o curso, lembrando
405 da necessidade de avançar módulo a módulo, porque, no final do último módulo,
406 tem um exercício avaliativo para ver como foram assimilados os conteúdos. Há
407 necessidade de pelo menos 70% de rendimento nesse exercício avaliativo. E,
408 posterior, a ele, há a emissão de um certificado, que pode ser feito download e salvo
409 nos arquivos de cada membro. A cada substituição que por acaso aconteça nós
410 também temos solicitado ao novo membro que possa realizar o curso. Já estamos
411 com o segundo curso, o curso prático, pronto para encaminhar aos senhores
412 conselheiros. Encerramos a primeira turma do curso introdutório, já estamos
413 realizando a segunda turma. E o curso prático já está pronto. E posterior ao curso
414 será cada temática de unidade colegiada. Então precisamos avançar e precisamos
415 ter um mínimo de conselheiros que compõem cada unidade colegiada que tenham
416 realizado esse curso. Então venho pedir mais uma vez. Nós estamos à disposição,
417 a minha equipe, eu, para entrar em contato com os senhores para poder explicar
418 alguma dificuldade que estejam tendo de acesso na plataforma Trilhas do Saber. Eu
419 vou colocar aqui no chat o meu contato, o contato da minha equipe, bem como o
420 submenu que está lá no ‘COPAM’, onde está escrito ‘capacitação dos conselheiros’,
421 onde tem todos os dados também.” **4) EXAME DA ATA DA 58ª REUNIÃO.**
422 Aprovada por unanimidade a ata da 58ª reunião da Câmara de Proteção à
423 Biodiversidade e de Áreas Protegidas, realizada em 28 de abril de 2021, com a
424 seguinte correção: – Linhas 774 e 775, onde está escrito “ele queria afirmar”, leia-

425 se “eu queria afirmar”. Votos favoráveis: Segov, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea,
426 Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. Ausência: Sede. **5) PROCESSOS**
427 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**
428 **CONFORME POA 2021. 5.1) Southern Cone Reflorestamento e Exploração de**
429 **Madeira Ltda. Fazendas Divinópolis, Rio das Pedras e Tangará. Culturas**
430 **anuais semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris,**
431 **exceto horticultura. João Pinheiro/MG. PA/SLA 506/2020. SEI**
432 **2100.01.0051014/2020-37. Classe 4. Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação
433 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
434 favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos,
435 OAB e Uemg. Destaques da votação. Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti:
436 “Voto favorável a todos os processos, mas com aquelas ressalvas de sempre,
437 manifestando a discordância na dupla marcação da supressão de vegetação nos
438 itens 5.7, 5.8, 5.10 e 5.11 e também na dupla marcação de áreas proprietárias para
439 conservação nos itens 5.6, 5.7 e 5.12.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta:
440 “Eu voto favorável com as mesmas ressalvas feitas pelo conselheiro Thiago.” **5.2)**
441 **Monte Verde Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. Loteamento Recanto**
442 **Eucaliptal. Reserva Grinberg. Loteamento de solo urbano, exceto distritos**
443 **industriais e similares. Monte Verde, Camanducaia/MG. PA/SLA 2365/2020. SEI**
444 **2100.01.0050912/2020-75. Classe 3. Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação
445 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
446 favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos,
447 OAB e Uemg. **5.3) Santa Vitória Açúcar e Alcool Ltda. Fazenda Bela Vista.**
448 **Cultura de cana-de-açúcar sem queima. Zona rural. Santa Vitória/MG. PA**
449 **02938/2015/001/2017. SEI 2100.01.0024549/2021-87. Classe 3. Apresentação:**
450 **GCARF/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do
451 Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg,
452 CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **5.4) Celulose Nipo Brasileira S/A (Cenibra).**
453 **Fabricação de celulose branqueada de eucalipto. Belo Oriente/MG. PA**
454 **00003/1977/042/2013, SEI 2100.01.0020275/2021-55. Classe 6. Apresentação:**
455 **GCARF/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do
456 Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg,
457 CMI, Amda, OAB e Uemg. Impedimento: Relictos. Destaques da votação:
458 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Voto favorável, mas com a exclusão do
459 impacto da supressão e interferência da vegetação acarretando fragmentação de
460 habitat.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Voto favorável também com a
461 exclusão da interferência de supressão de vegetação.” Conselheiro Leandro
462 Eustáquio: “Voto também favorável com as mesmas ressalvas dos conselheiros
463 Adriano Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário, e Thiago, da Fiemg. Só quanto
464 à questão das mudanças climáticas, realmente, vamos chamar assim, a bola da vez,
465 que a gente preste mais atenção nesse debate. E só fazendo a ressalva de que a
466 Shell acabou de ser condenada na Holanda. É a primeira vez que uma empresa
467 produtora de petróleo é responsabilizada por mudança climática. Isso vai trazer uma

468 série de repercussões mundo afora. Eu acho importante essa pontuação. De
469 qualquer foram, voto favorável com as considerações feitas pelos conselheiros
470 Adriano Manetta e Thiago.” Declaração de impedimento. O conselheiro Edson
471 Valgas de Paiva se declarou impedido de participar da votação deste processo. **5.5)**
472 **Gerdau Açominas S/A. Pilhas de rejeito/estéril. Minério de ferro. Itabirito/MG.**
473 **PA 01776/2004/028/2017, SEI 2100.01.0060630/2020-74. Classe 4.**
474 **Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade
475 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio,
476 Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **5.6) João Henrique**
477 **Pereira. Criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte;**
478 **cafeicultura e citricultura; culturas perenes e cultivos classificados no**
479 **programa de manejo integrado de pragas, conforme normas do Ministério da**
480 **Agricultura, exceto cafeicultura e citricultura; centrais e postos de**
481 **recolhimento de embalagens de agrotóxicos e seus componentes.**
482 **Bocaiuva/MG. PA 02567/2004/003/2013. SEI 2100.01.0023350/2021-62. Classe 3.**
483 **Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade
484 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio,
485 Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **5.7) Ariovaldo Prado**
486 **Filho e Outro. Culturas anuais, excluindo a olericultura; posto de**
487 **abastecimento; avicultura de corte e reprodução; silvicultura; bovinocultura**
488 **de corte (extensivo). Brasilândia de Minas/MG. PA 10559/2011/001/2016, SEI**
489 **2100.01.0026087/2021-77. Classe 3. Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação
490 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
491 favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos,
492 OAB e Uemg. **5.8) Augusta Aparecida Orsini Queiroz. Culturas anuais,**
493 **excluindo a olericultura; barragem de irrigação ou de perenização para**
494 **agricultura; posto de abastecimento; beneficiamento primário de produtos**
495 **agrícolas: limpeza, secagem e classificação; armazenamento de produtos**
496 **agrotóxicos; avicultura de corte e reprodução; horticultura; silvicultura;**
497 **extração de cascalho. Unaí/MG. PA 00681/2011/001/2016, SEI**
498 **2100.01.0055519/2020-40. Classe 3. Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação
499 ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos
500 favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos,
501 OAB e Uemg. **5.9) G23SB Desenvolvimento Urbano Ltda. Centralidade Sul**
502 **(CSul) - Fase 1. 71,6 ha. Loteamento do solo urbano, exceto distritos**
503 **industriais e similares; estação de tratamento de esgoto sanitário; estação de**
504 **tratamento de água para abastecimento; estação de tratamento de água para**
505 **abastecimento; interceptores, emissários, elevatórias e reversão de esgoto.**
506 **Nova Lima/MG. PA/SLA 4255/2020, SEI 2100.01.0017097/2021-16. Classe 6.**
507 **Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade
508 nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio,
509 Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **5.10) Daterra Atividades**
510 **Rurais Ltda. Fazenda Tabuões e Araújo. Cafeicultura; cafeicultura orgânica;**

511 **silvicultura; beneficiamento primário de produtos agrícolas; barragem de**
512 **irrigação para agricultura; ponto de abastecimento de combustível;**
513 **armazenamento de produtos agrotóxicos. Coromandel/MG. PA**
514 **16082/2005/001/2008, SEI 2100.01.0024414/2021-46. Classe 3. Apresentação:**
515 **GCARF/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do
516 Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg,
517 CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **5.11) Minas Agromercantil Ltda. Fazenda**
518 **Chapadão do Bugre. Silvicultura. Sacramento/MG. PA 02539/2004/002/2012,**
519 **SEI 2100.01.0025773/2021-19. Classe 3. Apresentação: GCARF/IEF.**
520 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único.
521 Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda,
522 Relictos, OAB e Uemg. **5.12) Vale S/A. Complexo Mariana. Mina Alegria / Fábrica**
523 **Nova. Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco; minério**
524 **de ferro; pesquisa mineral com supressão de vegetação secundária nativa**
525 **pertencente ao bioma Mata Atlântica em estágios Médio e Avançado de**
526 **regeneração, quando não envolver o emprego de Guia de Utilização expedida**
527 **pelo DNPM. Mariana/MG. PA 00182/1987/101/2015, SEI 2100.01.0057598/2020-**
528 **70. Classe 5. Apresentação: GCARF/IEF.** Compensação ambiental aprovada por
529 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra,
530 CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **5.13) AngloGold**
531 **Ashanti Mineração Córrego do Sítio S/A. Aterro H1. Aterro de resíduos**
532 **perigosos. Classe I, de origem industrial. Nova Lima/MG. PA**
533 **00089/1985/052/2018, SEI 2100.01.0059552/2020-80. Classe 6. Apresentação:**
534 **GCARF/IEF.** Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do
535 Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg,
536 CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. Destaque do IEF. Renata Lacerda Denucci/IEF:
537 “Neste processo, precisamos retificar o item do controle processual, retificando
538 somente o número referente ao VR. Onde se lê ‘o empreendedor apresentou à
539 GCARF/IEF o Valor de Referência do empreendimento (29308169)’, é o número
540 ‘29972980’. E somente alteração na ART, que foi substituída por outro profissional.”
541 **6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO**
542 **AMBIENTAL DECORRENTE DA INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS**
543 **MINERÁRIOS. 6.1) Vale S/A. / CVRD. Mina Capão Xavier. Implantação ou**
544 **duplicação de rodovia, interligando duas minas. Nova Lima/MG. PA**
545 **00095/1998/008/2007, SEI 2100.01.0002860/2021-04. ANM 930787/1988. Classe**
546 **5. Apresentação: Regional Metropolitana.** Compensação ambiental aprovada por
547 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra,
548 CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **6.2) Ferro +**
549 **Mineração S/A. Lavra a céu aberto; pilhas de rejeitos/estéril. Congonhas, Ouro**
550 **Preto/MG. PA 23045/2010/003/2014, ANM 833.368/2010, 830.106/2014,**
551 **830.107/2014, 830.108/2014. Classe 4. Apresentação: Regional Norte.**
552 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único.
553 Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda,

554 Relictos, OAB e Uemg. **6.3) Ferro + Mineração S/A. Lavra a céu aberto; Unidade**
555 **de Tratamento de Minerais (UTM); pilhas de rejeitos/estéril. Congonhas, Ouro**
556 **Preto/MG. PA 03886/2007/015/2014, ANM 002.700/1936. Classe 5.**
557 **Apresentação: Regional Norte.** Compensação ambiental aprovada por
558 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra,
559 CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. **7) PROCESSOS**
560 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**
561 **DECORRENTE DO CORTE E/OU SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA**
562 **PERTENCENTE AO BIOMA MATA ATLÂNTICA. 7.1) Companhia de**
563 **Saneamento de Minas Gerais (Copasa). Canal de lançamento de efluentes,**
564 **caixa dissipadora de espuma e aterro sanitário da ETE Vieira. Montes**
565 **Claros/MG. PA 15887/2005/009/2017. Apresentação: Regional Norte.**
566 Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único.
567 Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI, Amda,
568 Relictos, OAB e Uemg. **7.2) JMN Mineração S/A. Mina Morro dos Coelhos. Lavra**
569 **a céu aberto; minério de ferro; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com**
570 **tratamento a úmido; pilhas de rejeito/estéril; minério de ferro; disposição de**
571 **estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo**
572 **a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem**
573 **necessidade de construção de barramento para contenção; reaproveitamento**
574 **de bens minerais metálicos dispostos em pilha de estéril ou rejeito. Desterro**
575 **de Entre Rios e Piracema/MG. PA/SLA 2130/2020, ANM 833.340/2003. Classe 6.**
576 **Apresentação: Supram Sul de Minas.** Compensação ambiental aprovada por
577 unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra,
578 CRBio, Crea, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB e Uemg. Abstenção: Ibama.
579 Justificativa de abstenção. Conselheiro Junio Augusto dos Santos Silva: “Abstenção
580 em função de esta demanda estar como solicitação de anuência no Ibama. Dessa
581 forma, nós nos abtemos.” **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA CRIAÇÃO**
582 **DE RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN) PARA**
583 **ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO, NOS TERMOS DO INCISO IX,**
584 **ARTIGO 13 DO DECRETO ESTADUAL Nº 46.953/2016. 8.1) RPPN Limeira.**
585 **Proprietário: Terras Brasil Administração de Imóveis Ltda. Área Proposta:**
586 **101,5814 ha. Uberaba/MG. SEI 2100.01.0010765/2019-72. Apresentação:**
587 **GCMUC/IEF.** Criação de RPPN aprovada por unanimidade nos termos do parecer
588 do IEF. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio, Ibama, Crea, Fiemg, CMI,
589 Amda, Relictos, OAB e Uemg. **9) PLANO DE MANEJO DE UNIDADE DE**
590 **CONSERVAÇÃO PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO**
591 **IV DO ARTIGO 13 DO DECRETO ESTADUAL Nº 46.953/2016. 9.1) Revisão do**
592 **Plano de Manejo do Parque Estadual do Itacolomi. Apresentação: GCMUC/IEF.**
593 Plano de manejo retirado de pauta com pedido de vista da Fiemg e vista conjunta
594 solicitada por OAB, CMI e Amda. Justificativas. Conselheiro Thiago Rodrigues
595 Cavalcanti: “Eu vou pedir vista do plano de manejo para avaliar o zoneamento.”
596 Conselheiro Leandro Eustáquio: “Eu também quero vista, da mesma forma que o

597 conselheiro Thiago, do plano de manejo do Itacolomi, para avaliar, entre outras
598 coisas, a zona de amortecimento.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Eu
599 vou acompanhar o pedido de vista também.” Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira
600 da Silva: “Eu também vou acompanhar o pedido de vista.” **10) ENCERRAMENTO.**
601 Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Antônio Augusto Melo
602 Malard agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi
603 lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Antônio Augusto Melo Malard
Presidente da Câmara de Proteção
à Biodiversidade e de Áreas Protegidas